

## **Intervenção comunitária e inclusão social: o educador e os actores 1**

**Gabriela de Pina Trevisan**

ESE Paula Frassinetti

Departamento de Educação Social

---

### **Resumo**

O texto pretende constituir um contributo para a reflexão das sociedades contemporâneas, frequentemente designadas de risco (Giddens, 1984; Beck, 1992), produtoras de fortes desigualdades e assimetrias para diferentes grupos ou categorias sociais. Os processos de desenvolvimento actuais, fortemente focados na perspectiva económica e de lucro, determinam diferentes possibilidades de acesso a níveis de vida e bem estar, onde os grupos mais vulneráveis nem sempre encontram esferas de inclusão que lhes permitam o alcançar desses níveis. A intervenção em comunidades, sobretudo naquelas em que fenómenos como exclusão social e pobreza, de desigualdades em diferentes esferas da vida se fazem sentir, de fortes tensões com as dinâmicas da sociedade mais vasta se agudizam, assume-se como processo de reivindicação de cidadanias, de promoção de igualdade. O educador, enquanto facilitador de processos de capacitação das comunidades, trabalhando com os grupos, com vista à sua emancipação, deverá construir caminhos de inclusão que respeitem, ao mesmo tempo, as suas características e especificidades bem como o alcance de níveis de bem estar satisfatórios.

### **Palavras chave**

educador, comunidade, intervenção comunitária, cidadania

---

### **Abstract**

The text aims a contribution on the reflexion of contemporary societies, frequently called as risk societies (Giddens, 1984; Beck, 1992) producers of strong inequalities and asymmetries for different social groups and categories. Present development processes, strongly focused on the economic perspective, determine different possibilities of accessing well being levels, where vulnerable groups can't always find inclusion spheres to reach those levels.

Intervention in communities, especially those where social exclusion and poverty, inequalities in different areas and strong tensions with wider societies are aggravated, is a process to recapture citizenships and promoting equality. The educator, as a facilitator of empowering processes in communities by working with them towards their emancipation, must construct paths of inclusion that respect both its characteristics and specificities as well as satisfactory levels of well being

### **Keywords**

educator, community, community intervention, citizenship

---

### **Resumen**

El texto pretende una contribución a la reflexión de las sociedades de riesgo (Giddens, 1984; Beck, 1992) productoras de fuertes desigualdades y asimetrías para diferentes grupos y categorías sociales. Los procesos de desarrollo actual, fuertemente concentrados en la perspectiva económica y de lucro, determinan diferentes posibilidades de acceder a niveles de bien estar, donde los grupos más vulnerables ni siempre encuentran espacios de inclusión para cumplir esos niveles.

La intervención con comunidades, en particular aquellas donde la exclusión social y la pobreza, desigualdades en diferentes áreas y la tensión con la sociedad en general se hacen sentir, se transforma en un proceso de reclamación de ciudadanías y promoción de igualdad. El educador, como facilitador de procesos de capacitación en las comunidades, trabajando con ellas, tiene de ser capaz de construir caminos de inclusión con vista a su emancipación que puedan respetar tanto sus características y especificidades como el alcance de niveles seguros de bien estar.

---

1 Comunicação apresentada ao IV Encontro Luso-Brasileiro, *Educação e Diversidade. Diálogos e Dinâmicas de Inclusão*, Porto, Seminário de Vilar, 24 e 25 de Outubro de 2008

**Palabras- clave**

educador, comunidades, intervención comunitaria, ciudadanía

---

**Résumé**

Ce texte veut être une contribution a la réflexion sur les sociétés du risque (Giddens, 1984 ; Beck, 1992) produites de fortes inégalités et asymétries pour différents groupes et catégories sociales. Les processus de développement actuel, concentrés dans la perspective économique et du profit déterminent différentes possibilités d'accéder a niveaux de bien être, où les groupes plus vulnérables ni trouvent, souvent, des espaces d'inclusion pour cette niveaux.

La intervention avec les communautés, en particuliere celles où l'exclusion sociale et la pauvreté, les inégalités en différents niveaux et la tension avec la société plus générale se sentent, peut être vue comme un processus de reconstruction des citoyennetés et de promotion d'égalité. L'éducateur comme facilitateur de processus de capacitation dans les communautés, en travaillant avec eux, doit être capable de construire des chemins d'inclusion pour cette émancipation, en respectant ses caractéristiques et spécificités et les niveaux de bien être.

**Mots-clés**

éducateurs, communautés, intervention communautaire, citoyenneté

---

## **As comunidades como espaços de inclusão e de construção de cidadania**

“Há, verdadeiramente, um labirinto ou emaranhado de estradas ou caminhos da exclusão em que boa parte da população acaba por passar – muitos lá permanecendo prisioneiros, sem encontrar saída. E, simultaneamente, podemos falar de espaços liminares, por onde se circula de uma situação aparentemente estável, para outra, de pobreza mais ou menos repentina”  
(Teixeira Lopes, João, 2006:202)

As sociedades contemporâneas, da segunda modernidade, são frequentemente designadas como de risco e de incerteza (Beck, 1986; Giddens, 1992). Esta perspectiva centra-se, fundamentalmente, na análise das crises de instituições sociais significativas como a escola, a família, a ciência ou o trabalho, atravessadas por alterações constantes e reflexão sistemática.

A par destas tendências, a observação da crescente coexistência de movimentos de globalização mas também, de individualização, apresentam tendências paradoxais (Jans, 2004) que importa ter em linha de conta quando se analisam os fenómenos comunitários e os tipos de intervenção que aí farão sentido. Assim, se por um lado assistimos a um maior número de riscos a que todos estamos vulneráveis, causados por esses graus de incerteza, vemos também o aumento das possibilidades de cada um em assumir o seu pleno enquanto cidadão. O que parece ser mais relevante, no entanto, é a análise da tendência à luz das assimetrias que esses mesmos processos produzem. De facto, e ainda hoje, a construção de processos de cidadania – quer vistos na perspectiva da individualização quer da globalização – não é igual para todos.

O aumento das assimetrias económicas, sociais, culturais, políticas em todo o Mundo e dentro de um mesmo país são disso mesmo indicadores. O aumento do número de famílias e de indivíduos em situação de pobreza, as crescentes novas vulnerabilidades a processos de exclusão e de precarização, o envelhecimento da população e a desregulação das políticas sociais a ela destinadas, a pobreza infantil, apenas para referir alguns aspectos. Como afirma Carvalho

“(...)a verdade é que (...) se criaram novos fossos, enquanto nao se resolveram outros, ao mesmo tempo que se teceram fronteiras e territórios, explícitos ou encobertos” (Carvalho, 2006: prefácio).

O desenvolvimento, ambição principal do século XX, assentou sobretudo na lógica de que o bem estar dos seres humanos se centraria, principalmente, no conforto material, na inovação tecnológica e na aquisição de níveis de conforto definidos como “ideais” num determinado momento. Esta ideia de que modernização e crescimento económico seriam os principais pilares de bem estar acabou por impulsionar profundas desigualdes entre diferentes países, até hoje, não superadas. As subtilezas das desigualdades são hoje maiores, como maiores serão momentos das vidas dos actores em que elas se afiguram como mais prováveis. A “crise” do colectivo, o individualização das sociedades, o aumento dos factores de risco quando se perde a noção grupo, entram nos

discursos da vulnerabilidade do actor. Assim, aumentam os tipos de desigualdades e os padrões até então mais ou menos estáveis que tornariam grupos pré determinados mais vulneráveis a fenómenos de exclusão, de pobreza, de desemprego, de precaridade, etc.. Hoje, todos, em determinados momentos das nossas existências nos deparamos com momentos de maior vulnerabilidade individual mas também colectiva.

O discurso de aclamação dos direitos inalienáveis de todo o ser humano tornam-se uma “difícil passagem” quando analisamos à escala global diferentes realidades.

O global, portador de aproximações visíveis e alterações profundas nos modos de relacionamento e no quotidiano dos cidadãos, generaliza-se nos modos de vida quotidiana, levando ao inevitável confronto entre o “idealismo” dos fenómenos locais e as diferentes realidades vividas pelos seus actores. Um dos seus sinais traduzir-se-á no aumento das fronteiras entre riqueza e pobreza, entre diferentes níveis de desenvolvimento no espaço Mundo ou mesmo dentro de uma mesma realidade nacional. Os efeitos do global não são, por isso, simétricos nos espaços em que se traduzem: o global “reinventa-se” a todo o momento bem como as formas que este assume nas suas realidades mais localizadas.

Assistimos, hoje, a uma modificação das lógicas locais – “novos localismos” – e a uma reclamação de espaços dos actores, das suas culturas e modos de vida atravessados por um conjunto de diferentes características onde local e global se encontram. A consciência dos efeitos dos fenómenos globais traz consigo, também, a necessidade de novas actuações locais onde sejam visíveis efeitos reais em pessoas e comunidades reais. Os ideias de um desenvolvimento humano e sustentado crescem, assentes na premissa de que o bem estar de pessoas e grupos não se resumirá à sua condição de bem estar material mas, ao mesmo tempo, à sua identidade enquanto actores, à sua cultura e à reclamação de diferentes espaços de participação e, por isso, de cidadania. Recupera-se deste modo o “imaginário comunitário”, as “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991).

### **Reconciliando perspectivas...**

“A comunidade é um foco de vida social, de vida comum, de seres sociais”  
(Poltan, James; 1975:80)

As comunidades são actualmente perspectivadas enquanto espaços socializadores, de construção de identidades locais e colectivas, de redes sociais e de suporte a indivíduos e grupos sociais, que partilham espaços, valores, formas de convivência. As novas perspectivas sobre desenvolvimento assumem a necessidade de valorização do local e comunitário como forma de combate às situações de marginalização, exclusão social e desigualdade. Ora, parece razoável admitir-se a necessidade de mudanças de tipo estrutural para as comunidades possam organizar-se no sentido de se constituírem como espaços de exercício de cidadania, de acção cívica e política, numa palavra, como espaços de participação. É neste sentido que a intervenção comunitária e a acção sócio-educativa em comunidades ganha relevo, observando as suas potencialidades e fragilidades, mobilizando os recursos necessários e possíveis e partindo das necessidades e vontades das suas populações, envolvendo-as em projectos que para elas se assumam como significativos.

“ (...) A intervenção comunitária ganhará mais sentido na presença de maiores riscos e problemas sociais e que não são resolúveis apenas considerando os níveis individual e familiar (recuperação de colectivo (Marchioni, 1995: 52)

Este tipo de intervenção é, por isso mesmo, uma de construção de cidadania dos seus grupos, onde tradicionalmente os níveis de participação política, pública e cívica são baixos. Neste sentido, a cidadania em contexto de intervenção comunitária poderia ser entendida como:

“(...) conjunto de direitos e obrigações que envolvem todos os membros virtuais de uma comunidade política, sem olhar a género, idade, etnicidade, níveis de educação, religião ou qualquer outro critério que possa ser utilizado para restringir uma pertença responsável e excluir cidadãos do exercício, sem barreiras de direitos políticos e deveres críticos” (Guerra, 2002:97)

As comunidades poderão encarar-se como espaços de resgate das dimensões colectivas dos actores, de aproveitamento de recursos e potenciação de competências de grupos e de indivíduos. Ao mesmo tempo, elas assumem-se como fortes espaços de reivindicação de direitos, construção de identidades e sentidos de pertença, necessários a um exercício pelo de cidadania, mobilizado por fortes dinâmicas de participação dos seus membros. É também neste sentido que as comunidades podem ser vistas enquanto espaços de construção pedagógica, de educação no seu sentido mais lato, em particular, nas suas lógicas não formais e não formalizadas, e de construção e aquisição de cidadania. Enquanto fontes de desenvolvimento, elas são ainda espaços de desenvolvimento, de conquista de autonomia e de sentido de responsabilidade por parte dos seus actores que, quando verdadeiramente implicados numa acção colectiva, a entendem como sua e se mobilizam para a sua concretização de espaço

colectivo. É nos espaços das comunidades locais que os actores e grupos tradicionalmente marginalizados encontram possibilidades de reclamação de participação e de partilha de poder, particularmente, na tomada de decisão conjunta sobre esses mesmos espaços e no delinear de acções a desenvolver.

É também neste sentido que entendemos que em qualquer processo de intervenção comunitária – aqui entendida como partilhada entre todos, e em particular, com os seus membros – deverá ter como peça central os seus actores, os que nela vivem quotidianamente, entendendo-os como parceiros nesses processos e não apenas como meros receptores de uma mudança desenhada no seu exterior desprezando, muitas vezes, a partilha de poder nesses processos de decisão. Enquanto centro de intervenção pedagógica e educativa, a comunidade deverá ser lida no seu todo, agregando todos os que dela fazem parte, procurando perspectivas próximas e distantes, conjugando diferentes interesses e diferentes possibilidades: actores locais, instituições públicas, políticas, sociais, educativas, de saúde, e sociedade civil no seu sentido mais lato serão pólos essenciais do trabalho comunitário. Os educadores que neles participem não deverão ser mais que mediadores, facilitadores desses processos, reflectindo com os actores, procurando com eles e a partir dele os caminhos a traças, assumindo-se como um interventor colectivo com as comunidades e não para elas. Se a educação puder aqui ser entendida enquanto veículo fundamental de desenvolvimento, ela deverá sobretudo servir para trabalhar de dentro das comunidades para fora, almejando a conquista da justiça social e de um mundo mais justo e equilibrado.

Tal como Yáñez (1997) vemos as comunidades enquanto fontes primordiais de construção e dinamização da democracia e dos processos democráticos, através da estimulação de diferentes processos de participação dos seus cidadãos, na tomada de decisões colectivas e no princípio da co-responsabilização de todos. Os educadores sociais, os professores, os educadores de infância, deverão ser capazes de trabalhar em contextos de educação mais formais ou menos formais, com as diferentes faixas etárias tendo como pano de fundo a promoção da cidadania e da participação dos seus actores nos seus próprios processos de desenvolvimento. A sua intervenção deverá assim guiar-se por princípios de equidade e justiça social, da promoção de direitos e deveres capazes de respeitar as culturas e modos de vida de cada um, de criação de processos que mobilizem à participação dos cidadãos e que os auxiliem na co-decisão.

A potenciação de redes formais e informais de suporte aos indivíduos e grupos, a importância do trabalho com profissionais de diferentes áreas, com o fim de promoção de mudança, o estabelecimento de cumplicidades entre equipas técnicas e comunidades serão outros dos factores a ter em conta no desenho da própria intervenção comunitária.

Intervir, portanto, não será mais do que constituir-se como um recurso à própria intervenção, sendo que em nenhuma intervenção desta natureza existe recurso mais valioso que as próprias pessoas.

### **Referências bibliográficas**

CANÁRIO, Rui (1999), Educação de Adultos. Um campo e uma problemática, (capítulos IV e V), Lisboa: Educa

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (2000), Territórios da pobreza, onde é preciso voltar, Sociedade e Território, 30, Marginalidades e Exclusão, 8-15

CARIDE GÓMEZ, José António; FREITAS, ORLANDO MANUEL PEREIRA DE; CALLEJAS, Germám Vargas (2007), Educação e Desenvolvimento Comunitário Local. Perspectivas Pedagógicas e sociais de sustentabilidade, Porto: Profedições

CARVALHO, Adalberto (2006), Prefácio (9:11), in Actas do Encontro Intervenção Social, Saberes e Contextos, Porto: Edições ESE Paula Frassinetti

CORTESÃO, Irene; TREVISAN, Gabriela (2006), O trabalho sócio-educativo em contextos de educação não formal. Análise de uma realidade, in Cadernos de Estudo, Porto: ESE Paula Frassinetti

FERNANDES, Luis (2006), O Medo à Cidade (99:110), in Actas do Encontro Intervenção Social, Saberes e Contextos, Porto, Edições ESE Paula Frassinetti,

JANS, Marc (2004), Children as citizens: towards a contemporary notion of child participation (27:44), in Childhood, vol.11 (1)

LOPES, João Teixeira (2006), Por um novo contrato social (199:205), in Actas do Encontro Intervenção Social, Saberes e Contextos, Porto: Edições ESE Paula Frassinetti

MARCHIONI, Marco (2004), Planificación social y organización de la comunidad. Alternativas avanzadas a la crisis, Madrid: Editorial Popular

ROCHE, Jeremy (1999), Children: rights, participation and citizenship (475:493), *Childhood*, 6 (4)

ROSELLÓ, Elena; LILLO, Nieves (2001), *Manual para el Trabajo Social Comunitario*, Madrid: Narcea

SARMENTO, Manuel Jacinto ; FERNANDES, Natália ; TOMÁS, Catarina (2006), Participação social e cidadania ativa das crianças, in Rodrigues, David (2006), *Inclusão e Educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva* (141:159), São Paulo: Summus Editorial,